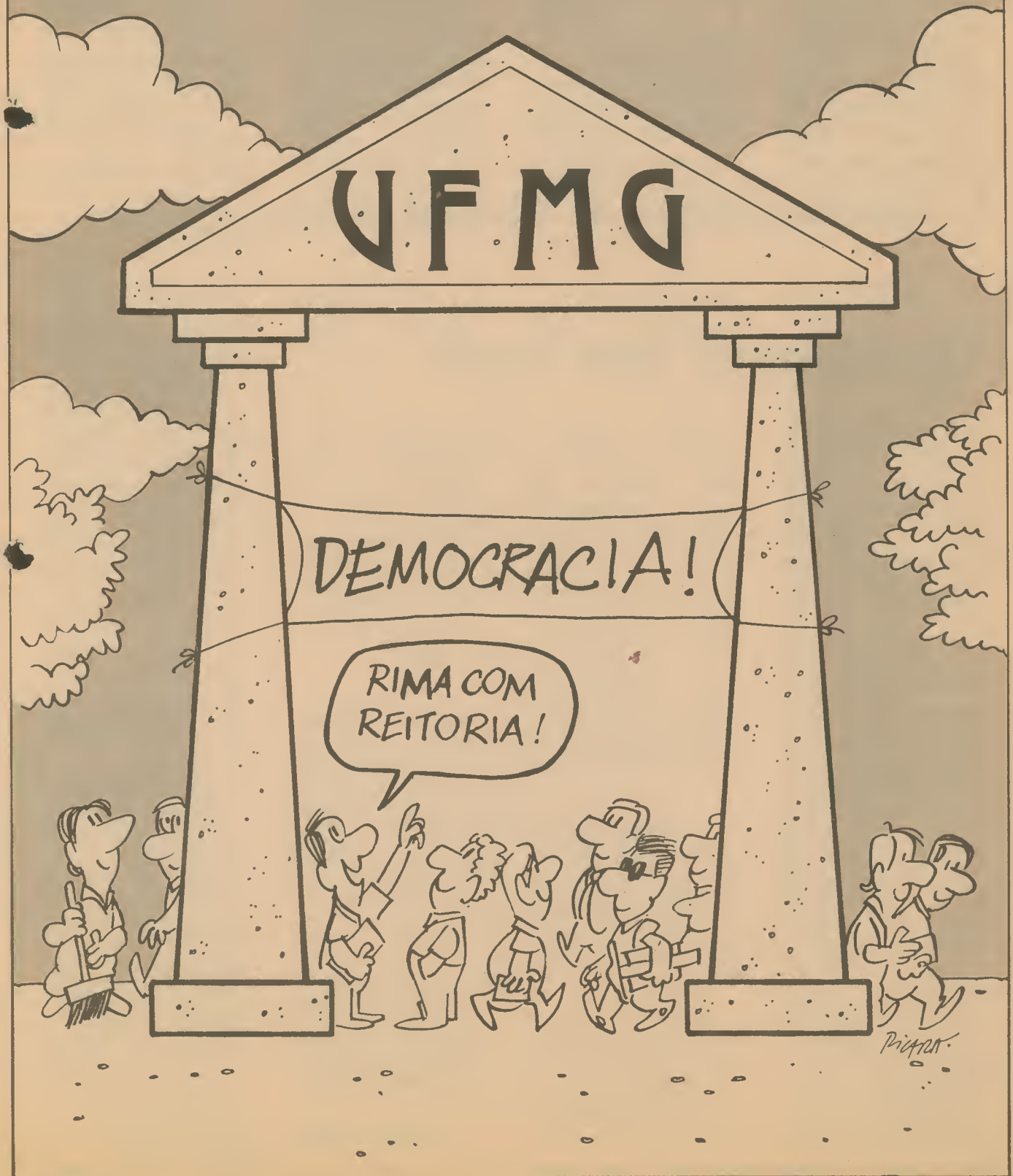
INFORME

Eleição do REITOR

APUBH • ASSUFEMG • DCE



Quem escolhe o Reitor: a cúpula ou a comunidade?

Se depender da vontade do **Colégio Eleitoral**, a burocracia universitária, cristalizada no poder ao longo de décadas de autoritarismo, continuará definindo o conteúdo da Universidade.

O elemento mais sintomático de todo este processo é que a cúpula "indireta" tem fincado pé nas leis de exceção emanadas do poder militar.

Tudo como manda o figurino... da "Velha República". Preservadas estão todas as regalias dos mandarins do Colégio ilegítimo. Nenhum compromisso assumiram quanto ao resultado das eleições do dia 8 de outubro. O seu voto — estudante, professor e funcionário — está à mercê do **juízo de valor** do burocrata onipotente. Se este julgá-lo "responsável" (sic), tudo bem. Se não...

O Colégio todo-poderoso aboliu o voto universal. A maioria de estudantes ficou prejudicada. O voto individual do estudante não vai valer o mesmo que o voto individual de um professor ou funcionário. A imagem distorcida da cúpula transforma-se numa categoria monolítica.

Se existem opiniões diferentes quanto à universalidade do voto e ao conceito de cidadania, porque sequer se deram o trabalho de **consultar-nos**? Amedronta a quem, o processo democrático?

Cruzar os braços ou interferir neste processo?

Sugerimos uma participação mais crítica nos debates com os candidatos a Reitor. É preciso não se dobrar às inibições: cabe a cada um dizer claramente o que pensa.

Esperamos dos candidatos projetos que iniciem uma **ruptura** com o modelo de Universidade que temos. E propostas concretas! Por exemplo, o que pensam da participação paritária de estudantes, professores e funcionários nos colégiados da UFMG? Estarão dispostos a gestar conosco uma prática nova para uma Universidade Nova? O que pensam acerca da democratização da Fundação Mendes Pimentel, com a sucessão direta de seu presidente "vitalício"? Como encaram a idéia de uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, administrada pelos estudantes e voltada para o planejamento da assistência estudantil (bandejões, moradias, mais espaços culturais e de lazer, etc)?

Admitem a idéia de uma elaboração mais livre dos currículos, por parte de estudantes e professores? Que política adotariam para as Creches da UFMG? O que pensam de uma Co-gestão Democrática da UFMG?

Estarão dispostos a **pressionar** o Colégio Eleitoral, juntamente com os três setores, para que este referende o resultado das urnas? E assim por diante...

Somente preservando nosso direito de crítica e questionamento, poderemos interferir positivamente neste processo.

Por último, lançaríamos a idéia/proposta de uma manifestação conjunta dos três setores, no dia da reunião do Colégio Eleitoral, com o objetivo de pressionar esta instituição a referendar o desejo expresso nas urnas por toda a comunidade universitária.

DCE-UFMG

Democracia sem medo

O Conselho Universitário aceitou em parte as reivindicações da comunidade universitária: encarregou-se ele mesmo de promover uma "consulta prévia" para a escolha da lista sêxtupla de nomes dentre os quais será indicado o próximo reitor da UFMG.

Se compararmos esse procedimento com a última eleição de reitor que tivemos, notamos que houve inegável avanço no sentido de uma participação mais democrática na vida da universidade. Da outra vez, o máximo que nos foi dado foram debates públicos entre os "reitoráveis". No dia da elaboração da lista sêxtupla, quem não pertencia ao privilegiado colégio eleitoral — a imensa maioria — limitou-se a "torcer" no saguão e nas imediações da reitoria, acompanhando por circuito fechado de TV o número de votos que, a cada escrutínio, recebiam os candidatos.

Hoje podemos "votar". É claro que isso é um avanço. Bafejo dos ares da Nova República? Antes, e sobretudo, conquista da luta de professores, funcionários e estudantes. Essa luta já vem de alguns anos. Experiências de escolha democrática de dirigentes já foram feitas nas diversas unidades e instâncias de poder da UFMG. Em outras universidades do País tem havido processos vitoriosos de eleição de reitor, em que a lista dos mais votados pela comunidade foi ratificada pelo Colégio Eleitoral, com a escolha do primeiro nome pelo Governo.

E na UFMG? Uma Universidade com a importância e a tradição da nossa não pode contrariar o anseio de democratização que percorre o País e nossas instituições de ensino superior.

Estamos conscientes de que a escolha democrática do reitor não será o bastante para resolver os enormes e crônicos problemas da universidade brasileira: o elitismo, a falta de verbas, os baixos salários, as más condições do ensino e da pesquisa, a disputa indevida entre um e outro, a desvinculação entre universidade e sociedade...

Mas essa escolha já é um passo. O passo que nos cabe dar agora, mesmo dentro das limitações impostas pela própria existência do Colégio Eleitoral e da lista sêxtupla.

E àqueles que nos retrucam com o surrado argumento de que a universidade é uma instituição "sui generis" e que nela deve prevalecer o "voto de qualidade", lembramos que o saber acumulado não confere a ninguém o direito de impor suas idéias.

É mais simples aceitar o voto de todos, que somos todos afetados, na vida universitária, pelas decisões de um reitor. Não tenhamos medo da democracia.

APUBH e ASSUFEMG

INFORME
Eleição do REITOR

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte — APUBH, Associação dos Servidores da UFMG — ASSUFEMG e Diretório Central dos Estudantes — DCE.

Jornalista Responsável: Francisco de Morais Mendes — Matrícula SJPMG — 2.237

Colaboraram nesta edição: Ronaldo Mourão (DCE), Cândido Antônio de Souza Filho (ASSUFEMG) e Ivana Versiani (APUBH).

Planejamento gráfico, diagramação e montagem: Edson Ricardo (Cooperativa dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais).

Composição: Técnica Composição e Arte

Impressão: Segrac

Tiragem: 10.000 exemplares.

O processo de escolha do Reitor

A nomeação de reitor das universidades federais brasileiras é atribuição do Presidente da República, que o faz tendo em vista lista sêxtupla de nomes formada no âmbito das próprias universidades. Legalmente, o Presidente pode escolher qualquer um dos seis nomes, mas o atual governo, atendendo a reivindicação das comunidades universitárias, tem indicado para o cargo o primeiro nome das listas. Desde março deste ano, três reitores nomeados – o da Universidade do Amazonas, o da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, mais recentemente, o da Universidade de Brasília – encabeçavam as listas e tinham a preferência da comunidade, que se mobilizou para as prévias e para que a indicação do Presidente recaísse no mais votado.

Os nomes que compõem a lista sêxtupla, de acordo com a legislação atual, são escolhidos por um Colégio Eleitoral, formado pelos órgãos colegiados superiores das universidades. No entanto, há algum tempo, as comunidades vêm lutando para ampliar a sua participação no processo de escolha de dirigentes. Atualmente, tem vigorado o sistema de consulta à comunidade, através do qual, os segmentos indicam ao Colégio Eleitoral os nomes de sua preferência.

QUEM PARTICIPA DO COLÉGIO ELEITORAL

Integrado pelos membros do Conselho de Curadores, do Conselho Universitário e da Coordenação de Ensino e Pesquisa, o Colégio Eleitoral da UFMG reúne um total de 88 membros.

O Conselho de Curadores é presidido pelo Professor Ivany de Moura Bonfim, que representa a Comissão de Orçamento e Contas da UFMG. É integrado também por um representante do Conselho Universitário, eleito por seus pares, um representante do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, um representante do Ministério da Educação, ambos designados por esses órgãos, e um representante do Corpo Discente, eleito pelos estudantes. O Conselho é responsável pela fiscalização econômico-financeira da Universidade.

A Coordenação de Ensino e Pesquisa é integrada pelos Conselhos de Graduação, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação. Presidida pelo Reitor, é integrada por quatro representantes de cada Conselho, sendo três deles eleitos pelos pares, mais o Pró-Reitor, e três representantes estudantis. Os membros dos Conselhos Integrantes da CEP são escolhidos pelo Reitor, através de lista tríplice elaborada pelos Conselhos.

O Conselho Universitário, também presidido pelo Reitor, é integrado pelo Vice-Reitor; pelos diretores de unidade; um professor de cada unidade, eleito pela Congregação; um representante de cada categoria de professores (Titular, Adjunto, Assistente e Auxiliar), eleito pelos pares; nove representantes do Corpo Discente, e dois dos servidores técnicos e administrativos, eleitos pelos pares; e três representantes da comunidade, eleitos pelo próprio Conselho Universitário.

A consulta prévia à comunidade

Um passo para a democratização do processo de escolha de reitor da UFMG foi dado com a aprovação, pelo Conselho Universitário, de uma consulta prévia à comunidade. O Reitor José Henrique levou a questão àquele Conselho, manifestando simpatia à participação dos três segmentos da Universidade na escolha do próximo reitor.

Dentre as várias propostas surgidas na UFMG – ampliação do Colégio Eleitoral, aumentando o número de representantes da comunidade no Conselho Universitário; consulta à comunidade com voto paritário de seus segmentos; formação de uma constituinte universitária, que indicaria o processo de escolha do reitor e, simultaneamente, modificaria os Estatutos e Ordenamentos Básicos da UFMG; e eleição direta do reitor, com extinção do Colégio Eleitoral – o Conselho Universitário aprovou a de consulta prévia à comunidade, com manutenção do Colégio Eleitoral, por entender que assim democratizava-se o processo sem ferir a legislação vigente, que o impõe como instância de constituição de lista sêxtupla de nomes para o cargo de reitor.

Aprovada a consulta prévia, reuniu-se o Colégio Eleitoral para formular as normas do processo. O resultado encontra-se no documento "Operacionalização das Diretrizes Relativas ao Processo de Escolha do Futuro Reitor da UFMG", e foi aprovado na reunião de 5 de julho passado.

As normas aprovadas

O processo de escolha do próximo reitor será coordenado pela Comissão Eleitoral Central (CEC), composta paritariamente por professores, estudantes e funcionários, com um total de seis membros. Compete à Comissão receber inscrições de candidatos, coordenar a campanha eleitoral, regulamentar a votação, nomear membros das Mesas Receptoras, Junta Apuradora, etc.

São eleitores todos os estudantes da graduação, pós-graduação e doutorado, exceto os que se encontram com matrícula trancada ou que não tenham se matriculado neste semestre; todos os professores e servidores técnicos e administrativos, exceto os afastados para cursos no exterior, com contrato de trabalho suspenso ou em licença sem vencimentos.

Todos os segmentos terão igual poder de voto. A proporcionalidade será estabelecida tomando-se como base o índice 1 para o voto dos estudantes (maior segmento), aplicando-se ao voto dos funcionários e professores índices multiplicadores que igualarão o poder de voto dos segmentos. Esses índices multiplicadores serão definidos após levantamento do número oficial de eleitores.

O calendário eleitoral prevê as datas de 8 de agosto a 25 de setembro como prazo para inscrição de candidatos. A eleição, pela comunidade, será realizada no dia 8 de outubro, no horário de 8 às 17 horas, e de 19 às 22 horas nas unidades e órgãos nos quais haja expediente noturno. De 9 a 14 do mesmo mês será realizada a apuração e os resultados serão divulgados no dia 15. O Colégio Eleitoral reúne-se para a eleição da lista sêxtupla na segunda quinzena de outubro.

A CEC patrocinará também quatro debates oficiais, com participação de todos os candidatos inscritos. Dois deles estavam previstos para o mês de agosto e dois entre 26 de setembro e 7 de outubro. Os debates serão realizados nos "Campi" da Saúde e da Pampulha.

Entidades promovem pesquisa de opinião

Qual deverá ser o comportamento do Colégio Eleitoral diante do resultado da consulta prévia à comunidade universitária que a UFMG promoverá em outubro? Na discussão sobre o assunto, dentro do próprio Colégio, em sua reunião do dia 14 de agosto, a proposta de se comprometer o Colégio com os resultados da prévia foi considerada "tecnicamente invotável". No entanto, fora do âmbito daquele órgão a questão não está encerrada.

A APUBH, a ASSUFEMG e o DCE realizarão nos dias 12 e 13 de setembro uma pesquisa de opinião junto à comunidade universitária, para saber o que se espera do Colégio Eleitoral. Com isso, as entidades pretendem que a participação da comunidade não se limite ao voto dado aos candidatos, na prévia de oito de outubro. Para a realização da pesquisa, estão sendo providenciadas urnas e listas de eleitores por segmentos.

Da participação da comunidade universitária, dependerá o sucesso da prévia e a garantia da efetiva democratização do processo. As entidades esperam contar com o apoio e a participação de todos na pesquisa de opinião.

CANDIDATURAS

Foi dada a partida

Até o fechamento desta edição, quatro candidatos haviam se inscrito junto à Comissão Eleitoral. São os professores Hélio Pontes, atual Pró-Reitor de Planejamento da UFMG, José Alberto Magno de Carvalho, Titular do Departamento de Ciências Econômicas da FACE e Diretor do CEDEPLAR, Lourival Vilela Viana, Diretor da Faculdade de Direito da UFMG, e Beatriz Alvarenga Álvares, do Departamento de Física da UFMG.

Nesta edição publicamos entrevistas com os professores José Alberto e Lourival Vilela. Entrevistas com os outros candidatos serão publicadas na próxima edição.

Nosso propósito é o de expor à comunidade o pensamento e as propostas dos candidatos para a Universidade.



Lourival Vilela: não podemos transigir em termos de justiça

Quais as principais idéias ou pontos de seu programa de candidato?

Eu destaco, em primeiro lugar, a questão da autonomia, que é um ponto de honra para a Universidade. Em segundo lugar, a sua total democratização, no sentido de uma co-participação de todos os setores, todos os segmentos, na análise interna da instituição. É necessário, também, voltar-se o interesse para os professores e, por conseguinte, para a comunidade universitária como um todo. Acho, ainda, que devemos melhorar a qualidade, o padrão do ensino, e aumentar a quantidade de bolsas de estudo, além de seu valor. Oferecer um maior número dessas bolsas no exterior e, juntamente com os órgãos federais como o CNPQ e a CAPES, estimular o intercâmbio mandando professores e embaixadas de alunos para visitar outras universidades latino-americanas, norte-americanas e européias. Isso o Japão fez, com muito proveito, no início do século; muitos consideram esse intercâmbio responsável pelo progresso da juventude. japonesa. E defendo, ainda, a criação de um centro interamericano de pós-graduação. Isso, para mim, é vital. Aproxima a cultura, as preocupações, os problemas, e a própria universidade. Professores do continente virão aqui lecionar, estudantes virão aqui. Criaria um centro na Pampulha e outro no centro da cidade.

Uma coisa também importante seria a construção de moradias para os estudantes. Poderíamos pensar em construir duas moradias, uma no "campus" da Pampulha, outra aqui no bairro Santo Agostinho, onde temos lotes. Resolveria essa situação de fato que existe hoje, com a moradia no Borges da Costa. Faríamos outro prédio, em maiores proporções, mais adequado. E para os funcionários, que não podem ser marginalizados, precisamos de uma política social, pois se não fizermos justiça àqueles que trabalham conosco, quem é que vai fazer? A justiça começa em casa.

O Sr. fala em democratização da Universidade, e é Diretor de uma Faculdade cuja Congregação saiu em defesa da eleição direta para Reitor.

Foi a primeira. Não tenho conhecimento de outra. E houve unanimidade.

Quanto à forma de proceder esta eleição, a Congregação da Faculdade se manifestou? Ou defendeu a eleição direta como princípio?

A Congregação discutiu o assunto mas, como não poderia deixar de ser — tanto mais sendo a de uma Faculdade de Direito —, ela sabe que existe uma lei. Então, autorizou seus representantes no Conselho Universitário a defenderem as eleições diretas, mas que, no momento fossem propostas como um símbolo, já que não há tempo para desencadear um movimento de âmbito nacional pelas eleições diretas simplesmente. O Conselho aprovou parcialmente as diretas, diretas na primeira instância; na segunda instância é indireta. É uma fórmula tipicamente mineira, o mineiro é o homem das fórmulas. O Conselho encontrou essa fórmula, a de eleição em dois turnos, já que o tempo não permite a reforma da lei. Então, num primeiro escolhem professores, alunos e funcionários. Num segundo momento, escolhe o Colégio Eleitoral, porque modificar a lei, no momento, com um prazo exíguo, é praticamente impossível. Foi encontrada essa fórmula de conciliação, de transição, até que, passadas as eleições, a Universidade encabece um movimen-

to nacional pelas eleições diretas sem Colégio Eleitoral.

E qual deve ser o comportamento do Colégio Eleitoral em relação a essa prévia?

A consulta prévia foi um avanço, não há dúvida. Agora, o Colégio Eleitoral assumiu o compromisso de eleger a lista séxtupla entre os nomes indicados pela prévia, até dezoito. Cada setor indicaria seis nomes. Contudo, poderemos ter uma dificuldade de ordem prática, que é a seguinte: e se não houver candidatos em número suficiente? No momento, só apareceram três. E se ficarem nesses três, sendo que a Lei obriga o Colégio a mandar uma lista séxtupla? Foi decidido que a lista sairá dos nomes eleitos pelas bases. E se as bases não mandarem mais de seis? Elas têm que mandar seis ou mais. Se ficar nos três, surge um problema ou o Colégio reabre o prazo para inscrições, declarando que se não houver mais candidatos inscritos, ele, Colégio, os elegeria independentemente das bases. O que não se pode é deixar de mandar seis nomes ao Presidente da República.

Supondo que apareçam mais de seis candidatos, o Sr. acha que o Colégio deve acatar alguma ordem com relação à prévia?

Isto foi postulado na última sessão do Colégio. Pediu-se que fosse acatada a ordem de votação, que se fizesse a lista com base na ordem de votação. Mas ficou decidido que o Colégio não poderia acatar esse compromisso porque o voto é secreto. Se a entidade assume o compromisso e o voto é secreto, você pode modificar o compromisso, mesmo porque quem o assume é o órgão, que se compõe de votantes individuais. Decidiu-se que o Colégio tem autonomia para eleger a lista como quiser, com os nomes indicados pela comunidade. O Colégio é soberano para decidir.

Como o Sr. Vê a atuação das entidades representativas da comunidade?

Acho que essas entidades devem ser prestigiadas. Eu as prestigiarei. Lutaremos juntos, se eu for eleito. Debaterei com elas antes e o que ficar acertado entre nós, é a causa da Universidade. Por isso, eu gostaria que a própria Universidade colaborasse, discutíssemos antes, marchássemos juntos. Já dizia São Paulo: casa dividida é casa permissiva. Não podemos nos dividir. Temos assuntos vitais para a Universidade, como autonomia, salários dos funcionários e professores, necessidade de equiparação desses salários com os das fundações, uma velha luta. Queremos nos equiparar com as fundações cujos salários são melhores. Ano passado quiseram nos equiparar com a Fundação do Estado do Acre, que se não paga pior, é das piores. Queremos nos equiparar com a Fundação Universidade de Brasília.

E quanto ao CRUB, o que o Sr. acha de sua atuação?

Eu acho que devia haver uma unidade dos reitores de Minas Gerais com os reitores de outras universidades, para nos mantermos todos juntos, não só com os órgãos de classe como também com esse grande órgão de classe que é o CRUB. Eles têm lutado. Há queixas de que o CRUB transigiu um pouco. Nós não podemos transigir em termos de justiça, nisso não podemos transigir. Temos que lutar pela autonomia, pela democratização e por salários condignos para professores e funcionários. ●



José Alberto: não pode haver retrocesso

Quais os principais pontos ou idéias de seu programa de candidato a reitor?

Ainda não temos um programa definido a nível de detalhes, o que deverá ser feito em curto prazo. Mas a minha visão desse programa está relacionada com aquilo que entendo como as principais funções de uma administração superior da Universidade. Vejo, como primeira função, a de coordenar a definição de políticas relacionadas com as sua atividades-fins, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão. A Universidade está necessitando de definição de políticas nessas áreas e, para isso, é urgente uma descentralização que possibilite aos seus conselhos superiores coordenarem a discussão e a definição de políticas relativas a esses três setores. Atualmente, os órgãos superiores estão acumulados de atividades que poderíamos chamar de "varejo", não lhes sobrando tempo para a definição e discussão dessas políticas.

O segundo papel da administração superior se refere ao apoio logístico às atividades-fins. Os setores ligados às atividades-meios devem ter condições para atender com agilidade e eficiência às necessidades definidas nas atividades-fins. Para isso, é necessário uma reestruturação administrativa que defina claramente as obrigações de cada setor, para que eles tenham condições de tomar as decisões que lhe são pertinentes, sem sacrifício das atividades-fins. E também é necessário que os docentes e funcionários recebam salários condignos, tenham condições de trabalho adequadas e o mínimo de recursos materiais indispensável para se atingir as atividades-fins da instituição.

O terceiro ponto se refere à representação externa. É obrigação da administração superior exercer representações da Universidade junto não somente ao Ministério da Educação, mas também junto a outros organismos, inclusive agências financiadoras. Essa representação não significa apenas obter financiamento das atividades da Universidade, mas também levar à sociedade aquilo que nela se produz. Nós sabemos muito bem que uma universidade como a UFMG tem sérios problemas e não podemos fingir que eles não existem. Temos que definir muito claramente os problemas cuja solução depende de nós e aqueles cuja solução depende do Governo Federal, por exemplo. À medida em que fiquem bem claros os problemas que dependem de nós, temos que traçar políticas para solucioná-los. E, nesse caso, a Universidade terá todas as condições de procurar esses órgãos externos, principalmente o MEC, e exigir deles a solução dos problemas que lhes cabem resolver. A idéia é de se tornar transparente a situação.

Não existe o risco de uma ingerência dessas agências financiadoras na Universidade?

Sim, existe, mas à medida em que todos os problemas forem transparentes, o risco é minimizado. Temos que discernir o que podemos desenvolver com apoio dessas agências externas e o que não devemos desenvolver. É claro que uma das metas deve ser também a luta por recursos orçamentários para apoiar uma série de atividades, principalmente na área de pesquisa e de extensão, porque, infelizmente, estamos numa situação de total dependência dessas fontes externas. Com esses recursos, elimina-se também o risco dessa interferência. Essa luta, é claro, não deve ser apenas da UFMG mas de todas as universidades públicas. Deriva daí também uma idéia de se pensar em uma associação de universidades públicas porque, como se sabe, hoje, no Conselho de Reitores tem-se representação de todas as universidades particulares, o que, de uma certa maneira, dificultaria esse trabalho. Há um conflito patente dentro do CRUB, onde os interesses são diversos.

Qual a sua opinião sobre o processo de escolha de reitor em curso na UFMG?

Julgo esse processo um avanço, pois constitui uma oportunidade ímpar de se discutir o projeto da Universidade que nós queremos possuir.

É claro que seria desejável que se desenvolvesse o processo a partir de mais discussão, mais reflexão, mais meditação. A oportunidade deve ser aproveitada por todos os segmentos para que o processo se desenvolva da melhor maneira possível. Não se pode ter um retrocesso após a presente escolha de reitor. No entanto, o sucesso vai depender da participação dos segmentos. Se a participação for muito pequena, a experiência poderá ser abortada. Isso significa que todos nós temos uma tremenda responsabilidade dentro desse processo.

No caso da prévia, qual deve ser o comportamento do Colégio Eleitoral?

Estamos numa situação em que convivem dois processos. Um, que foi aprovado pelo Conselho, sem força estatutária, e o processo de escolha de lista séxtupla pelo Colégio Eleitoral, seguindo os estatutos, com legislação que impõe o voto secreto dos seus membros. Eu não tenho dúvidas de que a consulta será um elemento fundamental para a composição da lista no Colégio e de que haverá uma grande correspondência entre esta lista e o resultado da consulta. É claro que para isto seria importante um número maior de candidatos, pois podemos ter uma situação de um número de candidatos muito pequeno, igual ou inferior ao número exigido pela lista e seria extremamente difícil compatibilizar o resultado da consulta e o resultado do Colégio.

Como o sr. vê o funcionamento da Universidade?

A situação da Universidade hoje espelha duas décadas de regime autoritário, onde ela sofreu, principalmente nos últimos anos, um estrangulamento financeiro. Por outro lado, tem-se que reconhecer qúe a universidade pública, de um modo geral, e especificamente a UFMG, fez avanços importantes em várias áreas. Se durante esses últimos 20 anos, com todos os problemas, a Universidade avançou em várias áreas, devemos ser otimistas porque com a nova situação política — incluindo a probabilidade de obtenção de maiores recursos orçamentários, devido à lei Calmon — nós podemos fazer ainda muito mais. A minha visão da Universidade é otimista, mesmo sabendo que o trabalho a ser feito é enorme e só será possível enfrentá-lo na medida em que a comunidade como um todo acreditar num projeto e se dedicar na sua construção. Não é trabalho somente de um reitor ou de uma equipe da administração superior mas de toda a comunidade, o que o torna inclusive mais fácil, dado o processo usado para escolha de dirigentes, porque vai ser de responsabilidade de todos nós essa escolha. O compromisso não termina no dia da consulta ou da eleição. O trabalho continuará depois da escolha.

LOURIVAL VILELA



JOSE ALBERTO



CANDIDATURAS



Como o Sr. vê a atuação das entidades representativas dos segmentos da comunidade universitária?

Vejo, em primeiro lugar, a existência e o trabalho dessas entidades como extremamente positivos na medida em que são canais legítimos de defesa não somente do interesse dos segmentos representativos mas da própria Universidade. Não as vejo defendendo apenas o interesse do próprio segmento representado, dentro de uma postura corporativista, mas preocupadas com a Universidade. É claro que existem momentos de tensão entre os movimentos e a administração da Universidade mais isso é normal na vida democrática. Nem sempre todos os interesses podem ser atendidos, e nem sempre a administração da Universidade está certa nos mínimos detalhes. Isso é muito normal e tem que haver abertura e flexibilidade, respeito mútuo para o desenvolvimento do trabalho, inclusive, definindo-se claramente qual o campo de atuação dessas entidades assim como o da administração formal da Universidade. Eu não tenho uma postura de considerar cada uma dessas entidades como inimiga da Universidade ou da administração central.

Participe da pesquisa de opinião sobre o Colégio Eleitoral